



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 3, DE 2022

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Ofício "S" nº 10, de 2017, que Submissão ao Congresso Nacional, para conhecimento, da Recomendação nº 204 da OIT, sobre a Transição da Economia Informal para Economia Formal.

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão

RELATOR: Senador Paulo Paim

08 de Março de 2022





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

RELATÓRIO Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Ofício “S” nº 10, de 2017 (OF. nº 98/2017), do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da *submissão ao Congresso Nacional, para conhecimento, da Recomendação nº 204 da OIT, sobre a Transição da Economia Informal para Economia Formal.*

Relatora: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o Ofício "S" nº 10, de 2017, do então Ministério do Trabalho e Emprego. Referido Ofício dá ciência, ao Congresso Nacional, do texto da Recomendação nº 204, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

II – ANÁLISE

A matéria é submetida à CAS em virtude da competência desta Comissão para o exame de matérias atinentes a relações de trabalho, como disposto no art. 100, I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A Recomendação nº 204 da OIT foi adotada durante a 105ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho – a assembleia plenária da OIT – ocorrida em 2015.



SF/22032.36509-99



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Denomina-se a Recomendação nº 204: *Recomendação relativa à transição da economia informal para a economia formal.*

Seu escopo, como indicado, é concernente à persistência e ao crescimento da economia informal e dificuldades advindas disso para a criação e manutenção de condições decentes de trabalho; para a preservação de um sistema de seguro social e, também, para a conservação da coesão social.

A Recomendação parte de uma definição ampla de “economia informal” que inclui toda atividade econômica que seja exercida por trabalhador ou unidade econômica e que seja total ou parcialmente descoberta pela legislação ou pela prática dos países.

Essa definição exclui expressamente atividades ilícitas, mas inclui todas as atividades econômicas que envolvam empregados contratados – inclusive domésticos, terceirizados, trabalhadores em redes de fornecimento e trabalhadores em relações de trabalho não reconhecidas ou regulamentadas – pessoas que trabalham por conta própria ou em regime de economia familiar e trabalhadores de cooperativas e de unidades de economia social e solidária.

Como todas as Recomendações da OIT, a Recomendação nº 204 não estabelece disposições expressa, mas busca orientar a atuação legislativa e políticas dos países membros, no sentido de se obter um determinado resultado.

No caso, os estados são instados a adotar um conjunto compreensivo de medidas legislativas e de políticas públicas que promovam a passagem da informalidade à formalidade no mercado de trabalho observando uma série de critérios e que se consubstanciam, em linhas gerais, nos seguintes eixos:

- Políticas macroeconômicas de geração de emprego;
- Políticas comerciais, industriais, tributárias etc que promovam a geração de empregos, o aumento da produtividade e facilitem a transformação estrutural;



SF/22032.36509-99



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

- Políticas que promovam ambiente adequado para a formação de empresas sustentáveis (inclusive micro e pequena empresas), em um ambiente de estabilidade regulatória, transparência e concorrência leal;
- Políticas de promoção social destinadas, sobretudo, a uma inclusão de setores marginalizados;
- Políticas de migração justas e efetivas;
- Políticas de educação, treinamento e desenvolvimento de concorrências de trabalho;
- Políticas de desenvolvimento local, rural e urbano e de promoção ao empreendedorismo;
- Políticas eficazes de saúde e segurança do trabalho;
- Políticas de eliminação de discriminação e violência e promoção de igualdade;
- Medidas que facilitem a transição escola/trabalho ou a reinserção profissional de pessoas afastadas do mercado de trabalho;
- Políticas de inserção nos sistemas de seguro social;
- Criação de sistemas de informações acessíveis, relevantes e atualizadas.

Para isso, estabelece a observância a princípios fundamentais do trabalho:

- Liberdade de associação e sindical e efetivo reconhecimento ao direito de negociação coletiva;



SF/22032.36509-99



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

- Eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório;
- Abolição efetiva do trabalho infantil;
- Eliminação da discriminação em relação a emprego e ocupação;
- Correção das condições de trabalho inseguras e insalubres que se encontram com frequência na economia informal.

Estimula, igualmente, a criação de incentivos para a transição eficaz da economia informal para a formal, inclusive no tocante à proteção e estímulo das empresas – notadamente as pequenas e microempresas.

Também incentiva a adoção de mecanismos efetivos de cumprimento da legislação, de inspeção do trabalho, de difusão de informações, de acesso a sistemas de reclamações e recursos legais e o estabelecimento de sanções administrativas, civis ou penas efetivas.

Sugere, além disso, que as medidas tomadas devem observar o princípio geral de consultas e participação tripartite e de formação de mecanismos de compilação de dados, acompanhamento e avaliação de políticas.

Como toda e qualquer recomendação da OIT, a Recomendação nº 204 não possui força vinculante, quer no plano internacional quer no interno e, por consequência, dispensa ratificação ou outra forma de incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro.

Trata-se, antes, de um norteamento geral para a adoção de normas e medidas internas e um guia para sua possível implementação. Nesse sentido, a Recomendação traz importante reflexão para esse que é um problema de longa duração do sistema trabalhista brasileiro e que não parece estar a receber a devida atenção dos governos, apesar de contínuas e reiteradas manifestações em sentido contrário.



SF/22032.36509-99



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

III – CONCLUSÃO

Não havendo, a rigor, matéria a ser votada, concluímos pela declaração de ciência do conteúdo da Recomendação nº 204 da OIT e por seu adequado arquivamento.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CAS**Data:** 08 de março de 2022 (terça-feira), às 11h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

| TITULARES | | SUPLENTEs | |
|--|----------|-----------------------------------|----------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP) | | | |
| Rose de Freitas (MDB) | | 1. Renan Calheiros (MDB) | Presente |
| Eduardo Gomes (MDB) | | 2. Dário Berger (MDB) | |
| Marcelo Castro (MDB) | | 3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB) | Presente |
| Nilda Gondim (MDB) | Presente | 4. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) | Presente |
| Luis Carlos Heinze (PP) | | 5. Kátia Abreu (PP) | |
| Eliane Nogueira (PP) | Presente | 6. VAGO | |
| Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL) | | | |
| Izalci Lucas (PSDB) | | 1. Roberto Rocha (PSDB) | |
| Flávio Arns (PODEMOS) | Presente | 2. Lasier Martins (PODEMOS) | |
| Eduardo Girão (PODEMOS) | | 3. VAGO | |
| Mara Gabrilli (PSDB) | | 4. Rodrigo Cunha (PSDB) | |
| Giordano (MDB) | Presente | 5. VAGO | |
| PSD | | | |
| Sérgio Petecão (PSD) | Presente | 1. Nelsinho Trad (PSD) | Presente |
| Lucas Barreto (PSD) | | 2. Irajá (PSD) | |
| Angelo Coronel (PSD) | | 3. Otto Alencar (PSD) | |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | | | |
| Jayme Campos (DEM) | | 1. Zequinha Marinho (PSC) | |
| Maria do Carmo Alves (DEM) | | 2. Romário (PL) | |
| VAGO | | 3. VAGO | |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | | | |
| Zenaide Maia (PROS) | | 1. Paulo Rocha (PT) | |
| Paulo Paim (PT) | Presente | 2. Rogério Carvalho (PT) | Presente |
| PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA) | | | |
| Alessandro Vieira (CIDADANIA) | | 1. Fabiano Contarato (PT) | Presente |
| Leila Barros (CIDADANIA) | | 2. Randolfe Rodrigues (REDE) | |



SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 4ª Reunião, Extraordinária, da CAS

Data: 08 de março de 2022 (terça-feira), às 11h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Eduardo Braga

Esperidião Amin

DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 10/2017)

NA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, SEMIPRESENCIAL, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR PAULO PAIM, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAS, PELO CONHECIMENTO E ARQUIVAMENTO DO OFÍCIO.

08 de Março de 2022

Senador SÉRGIO PETECÃO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais